

Rui Barbosa e J. J. Seabra: a Bahia na I República

Rui Barbosa and JJ Seabra: Bahia in the First Republic

Antonio Luigi Negro¹

SARMENTO, *Silvia Noronha. A raposa e a águia. J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador: Edufba, 2011.*

Uma pesquisa por si só considerável, mas também indicativa de uma historiadora de talento promissor. *A raposa e a águia*, de Sílvia Noronha Sarmiento, vem à luz com a capacidade de somar-se à renovação do interesse na História Política do Brasil republicano. Não só por causa da curiosidade e atração que o ladino J. J. Seabra e o acúleo Rui Barbosa invariavelmente despertam, o livro também se faz apreciar pelo zelo, o fino tato e perspicácia com que reconstitui as arenas onde suas duas personagens se digladiaram (principalmente entre 1906 e 1923). Ao exame dos duelos, que eram travados em público, a autora soma dois olhares sutis: um, as tréguas e reconciliações, outro, a intimidade dos assuntos – pessoais e negócios – dos dois líderes. O estudo da política grandiosa da causa pública, com inevitáveis declarações de amor à Bahia e de patriotismo nacional, é feito a par da pequena política (empregos e favorecimentos; as ligações de Rui e Seabra com firmas rivais de capital estrangeiro, ambas interessadas no aparelhamento urbano de Salvador; p. 83 e ss.).

A investigação das fontes levantadas (discursos, jornais, livros de memória e documentos pessoais) revela que a diferença de idade e de êxito – Rui, que foi feito conselheiro por Pedro II, era mais velho e obteve inclusão e reconhecimento antes da raposa – expressava-se no tom com que Seabra dirigia-se à águia: primeiro de modo respeitoso e bajulador (ultimando caças bem servidas); depois também com a vizinhança de tratamentos como eminente amigo e colega; modos que talvez em Rui produzissem ira ou desprezo. Assim, apesar de Rui possuir vantagem sobre Seabra, os embates não acabaram com a subjugação de um pelo outro: nunca houve um vencedor para recolher os despojos de um perdedor. Atenta às nuances dessa relação de brigas ou alianças, a autora de fato chega “a um panorama complexo da política baiana da I República” (p. 22). É assim que captura a atenção do leitor, que, de resto, irá se agradar com a elegância da escrita do livro.

¹ Professor de História na UFBA, pós-doutorado no Cpdoc, bolsista Fapesb e CNPq. Autor de *Linhas de montagem. O Industrialismo Nacional-Desenvolvimentista e a Sindicalização dos Trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004. E-mail: negro@ufba.br.

Aceitando a tese de Consuelo Novais Sampaio de que a transferência da centralidade econômica da lavoura nortista do açúcar para a cafeicultura paulista pode ser estendida ao conjunto do país – e que tal alteração se aprofundou nas décadas posteriores a 1890 –, *A raposa e a águia* ratifica em seguida que o poder das elites políticas baianas no fim do império era residual e “visceralmente articulado aos destinos do regime monárquico” (p. 27). Em geral, quando é este o ponto de partida de uma pesquisa, quase tudo gira a reboque da economia e o caso da Bahia resume-se no ocaso da Bahia. Porém, neste livro, a combinação entre o estudo das fontes e a busca sensível da autora por uma compreensão sofisticada foi ao encontro da complexidade. Seu móvel talvez esteja na citação de Oliveira Viana (p. 26), a qual frisa os dons de inteligência, vivacidade, de graça e ironia, dos conselheiros baianos de Pedro II. Um tanto plásticos – e não restolho –, eles, mais do que quaisquer outros, eram ímpares no ato de compreender e aplicar os intuítos íntimos do afã imperial. Com tino para o oportuno e para desembaraçar-se do que ia em baixa, talvez nisso Seabra fosse inexcelsível.

O que então um livro como esse faz é mostrar a águia e a raposa como artífices dos mistérios da política; e não como substitutos de elites sem horizontes e reduzidas a pó. Dois animais totêmicos ou icônicos – visão, faro, argúcia, eficácia – predadores da arte do impossível ou do pragmatismo, ambos astutos nos ofícios da representação, adeptos sem peias do jogo cujas cartas se arrumavam com rivalidades, abandonos e lealdade, o alto e o baixo, consenso e controvérsia, memória e esquecimento, perdas e ganhos, euforia e depressão, juras e rupturas, brigas e reconciliações, continuísmo e reviravoltas. Sem ser ricos, Rui e Seabra eram o espelho da Bahia, que não mais podia valer-se do dinheiro do açúcar e, muito menos, ostentar o fausto de antanho. Com o dom imaterial de sua plasticidade, nascidos em famílias urbanas sem fortunas, conjugaram vida familiar, escolar e social e reafirmaram seu berço com uma política exitosa de enlace matrimonial. Para sua atuação na advocacia, no jornalismo e na política, os dois receberam as graças de facções poderosas, seja as sediadas no Rio seja as estabelecidas no fluxo entre a capital Salvador e o interior baiano, que era imenso. Para dimensionar os ganhos de cada um, a autora recupera o querido historiador Cid Teixeira e assevera: Seabra era “um corpo estranho dentro daquilo que estava programado na sociedade baiana para chegar ao poder” (p. 69). Já Rui era o homem dos grupos convencionais.

Com rapidez, a águia arribou até a proa do novo regime enquanto que Seabra, quatro dias após 15 de novembro, se convertia à ideologia do novo regime para depois eleger-se deputado da constituinte de 1890 (p. 33). Em conjuntura de crise e mudança, os vetustos nomes das elites baianas mantiveram-se leais ao trono, como não poderia deixar de ser. Mas, de seus flancos, surgiu uma dupla juvenil bem disposta com a República. Sagaz e arrojada, sem a perplexidade que bateu em senhores

sem escravos desde 1888 (p. 42), ela se interpôs entre o republicanismo histórico baiano e a lealdade monarquista. Possivelmente, reside na questão dos desafios da portabilidade dos recursos de poder, da monarquia à República, um nervo delicado de *A raposa e a águia*. Mesmo em posse do dado de ter cabido à Bahia a segunda maior bancada do congresso (menor apenas que a mineira, igual à dos paulistas, maior, portanto, que a dos gaúchos), apesar de sua afirmação quanto à relevância da Bahia, o livro compara o período republicano com a “situação privilegiada do império” e apresenta dados sobre seu “evidente declínio” (p. 56), desempenho este que, defronte ao de mineiros e paulistas (na República), é mais retraído. Contudo, a Bahia foi um estado que, monarquista até a medula da escravatura, influiu os primeiros governos republicanos quer com Rui quer com Manuel Vitorino (vice-presidente do paulista Prudente de Moraes). Escalões abaixo, J. J. Seabra obtinha seu lugar ao sol em 1902, quando recebeu a pasta da Justiça do paulista Rodrigues Alves. Marcante em sua carreira, esta indicação é um dado revelador no esclarecimento que Sarmiento faz sobre Seabra: este acumulou recursos “*por dentro* do poder nacional e, simultaneamente, *a partir de fora*, em relação à política baiana” (p. 48). Assim, enquanto Rui era a Bahia, esta rejeitava Seabra, que a ela se imporia ao fazer carreira no Rio.

Em 1905, tanto o fato de Seabra importunar as elites baianas – sem cair em desgraça ante o presidente Rodrigues Alves – quanto a inércia do continuísmo paulista na Presidência levaram a uma dissidência de Rui e do gaúcho Pinheiro Machado, abrindo o Catete ao mineiro Afonso Pena. No lado perdedor, isto é, com os paulistas, Seabra pagaria caro, sendo “degolada” sua eleição como senador de Alagoas em 1906. Na vez de Rui estar entre os derrotados, ao término da campanha civilista de 1910, Seabra ladeava o presidente eleito Hermes da Fonseca. Indicado para o Ministério da Viação, prosseguiu ameaçando o “equilíbrio” entre Rui e as elites políticas da Bahia. Também ameaçava ser um “representante baiano alternativo no país”, em especial se fizesse crescer o “seu próprio grupo na Bahia, algo que Rui nunca fez” – o que perturbava “os grupos estabelecidos na política estadual”. Aliás, Pinheiro Machado que se cuidasse, pois a raposa quis dar-lhe um “tombo” (p. 107, 132).

Para tanto, o apoio federal teve de ir além do civil. Apesar do adesismo dos grupos locais à sua pessoa, uma vez candidato ao governo, facções situacionistas quiseram adiar o rodízio na administração estadual. Obstinado, Seabra subiu ao poder em 1912 pela força, após canhoneio de Salvador (ordem do presidente Hermes). Embalado por uma intervenção federal – sinal de que a Presidência tinha olhos para a Bahia –, a raposa ficaria à frente da política baiana nos 12 anos seguintes. Quando recebeu da quatrocentona família Muniz Sodré de Aragão a sustentação nativa que lhe faltava, conseguiu fazer seu sucessor e voltar para um segundo mandato, em 1920 – feito deveras extraordinário. Outro indício da importância da Bahia

para o país, foi a dobradinha Seabra e Nilo Peçanha na Reação Republicana (p. 182), adversária do mineiro Artur Bernardes. Tal qual a campanha presidencial de Rui em 1910, a Reação Republicana foi uma empreitada de fato. Campanhas assim importavam; até mesmo nas viciadas eleições da I República – e, nesta, os baianos também importavam.²

Sílvia Sarmiento aporta visível contribuição à pesquisa a este respeito. Não é só o fato de os baianos importarem, mas também o de a política e os trabalhadores importarem. Quando se remete à retórica e aos rituais (p. 74 e ss.), ela evidencia que nem tudo se encerrava no elitismo da retórica e à exclusão das letras cultivadas. Havia participação popular e o cenário, portanto, nem sempre era o dos banquetes, mansões e gabinetes. Além disto, para se impor, Seabra inovou: afora cortejar a Associação Comercial, avizinhou-se dos trabalhadores, a começar pelos caixeiros (p. 70). Em acréscimo, encontrou na tradição agremiativa dos subalternos um lugar de patrono, que pareceu conveniente aos protegidos e ao benfeitor. Em 1919, enquanto Rui advertia contra o “tóxico sutil” da anarquia – “por toda parte se infiltra, em toda parte se acha, e de toda parte ameaça” (p. 173) –, o sucessor de Seabra, Antônio Muniz, fez redução de danos (p. 174). De um lado, rejeitou a imprudência daqueles que não suavizavam as agruras do proletariado, sobretudo na crise. De outro, na greve geral, controlou preços dos gêneros de primeira necessidade, não despachou a repressão policial e ainda serviu de mediador das reivindicações operárias. (O fato é precedente nítido para atitude similar do governador paulista Jânio Quadros, em 1957, na greve dos 400 mil.)

Ao fazer o sucessor e regressar ao poder, Seabra foi duplamente insólita. Implantou-se no “instável tabuleiro da política baiana”, banca cujos homens “nunca conseguiram criar um arranjo estável de controle do poder estadual” (p. 160, 63). A segunda anormalidade, porém, destoa da primeira, pois a Bahia não ganhou ministério algum enquanto Seabra esteve na controle, entre 1912 e 1924. Só a agricultura, em 1922, foi entregue ao estado (no caso a Miguel Calmon, presumível herdeiro de Rui) como parte do revide de Bernardes contra a Reação Republicana. Como sucedia nestas horas, a Bahia era servida por uma facção em detrimento de outra, que lutava para atingir o poder, forçando a queda da conterrânea. Logo, apesar de Seabra ter sido um líder estadual extraordinário (talvez igualmente notável no nível nacional), não atraiu os ruístas para suas hostes. Os Mangabeira e os Calmon, dentre outros, permaneceram na oposição mesmo com a morte de Rui em 1923.

² Somem-se ainda a candidatura à vice-presidência de Vital Soares em 1930, que ganhou mas não levou, e a presidência de honra da concorrente Aliança Liberal, oferecida a Seabra. Quando computamos que não houve vice-presidentes do Sul e que, do norte, além de Rui, Vitorino e Soares, houve um alagoano, dois pernambucanos e um maranhense, há de se notar mais o Norte e a Bahia.

Pelo fato de a política valer, as elites baianas se batiam com ardor, força e empenho. Mas pelo fato de serem incapazes de se acertar quando o assunto era o tabuleiro da Bahia, a competição política foi intensa e danosa: o tabuleiro, certas vezes, era sujeito a viradas. Deste modo, a Bahia não sofreu apenas com suas dificuldades econômicas: o estado teve prejuízos com a falta de consenso e coesão de suas elites quando o caso era política. A administração ressentiu-se disso, os laços com a política em nível nacional eram igualmente controversos e a economia, que depende da política, também saiu subtraída. Tanta disposição, enfim, não redundou em pactuação com bons resultados para o povo, o estado ou a economia. Além de perder força no setor industrial, a educação foi negligenciada. A desavença de Rui e Seabra era reflexo da repelência entre frações congêneres, que, tal qual a águia e a raposa, não eram incompatíveis. Exemplo da compatibilidade de Rui e Seabra e dos prejuízos que a política produzia está no apreço dos dois pela “picareta civilizadora” (p. 162) dos bairros de Salvador que, pelo seu casario colonial e sua população afro-descendente, eram vistos como primitivos. Adicionalmente, se Seabra subiu ao poder depois do arrasamento da cidade pelo canhoneio de seus fortes, Rui, em 1919, também era a favor de uma intervenção federal armada pois supunha que seu grupo seria beneficiado. “No fundo”, Sarmiento elucida, “era a mesma situação da época do bombardeio, com sinais trocados” (p. 180). Um terceiro traço comum era afirmar que a Bahia ia muito mal quando isso servia para enfraquecer o rival. Aludir aos males era meio para atacar o adversário, e não defender o estado. Sílvia Sarmiento observa que, no seabrismo, o imaginário político foi marcado pelo afã de retomada do lugar que a Bahia possuía “por direito” (p. 60). Isto ecoa na própria megalomania de Seabra (p. 189), expressa na imagem de si mesmo, espelhada no imperador Justiniano, que dizia ter recuperado o esplendor de Roma.

Em que pese a gravidade dos problemas econômicos da Bahia, *A raposa e a águia* – um livro muito bem curado – atesta a importância da política. Sua pesquisa revela detalhes (mesmo os pequenos) que não cabem nas explicações até hoje as mais conhecidas. A política importava, e importava aos baianos, que eram importantes para aqueles que, fora da Bahia, tinham relevo na política. Se a Bahia decaiu, não foi só devido à economia (insuficientemente estudada, aliás), mas também porque as elites não conseguiam se unir; embora falassem a mesma língua. Bahia ofendida, Bahia desafortunada, Bahia estado de segunda... Tais bordões marcam uma visão do passado viva até hoje, mas não ressoam neste livro notável. Retumbaram, de novo, na boca de Seabra, quando investiu contra Juracy Magalhães. Mas isso não é objeto do livro pois, como todos sabem, a História não tem fim, embora tanto o livro quanto a resenha tenham.